A temática da inclusão na formação acadêmica do bibliotecário: abordagem curricular

The thematic of inclusion in the librarian academic formation: curriculum approach

Ana Nogueira Braga[1]
Sergio Rodrigues Bahia[2]

Resumo

Este artigo é parte de uma pesquisa de Mestrado em andamento e tem como objetivo analisar a presença da temática da inclusão no currículo mínimo nacional dos cursos de graduação em Biblioteconomia das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) no Brasil. Foram analisados os currículos e as ementas das disciplinas dos vinte e quatro cursos regulares de Biblioteconomia existentes no país. Na pesquisa, constataram-se poucas disciplinas específicas sobre essa temática nos currículos das universidades pesquisadas. Sinalizando apenas 10% como disciplinas obrigatórias e 90% como optativas, ressaltando-se que, relacionada às optativas, a que mais aparece nos currículos é a de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Conclui-se que existe todo um arcabouço legal no país que garante o direito à educação igualitária para todas as pessoas, mas nem todos os profissionais que atuam no mercado de trabalho tiveram a sua formação orientada ao atendimento dessas "novas" demandas. Em sua formação acadêmica, o bibliotecário deve incorporar informações sobre como atender a todo tipo de usuário, mas isso ainda não é uma realidade em nosso país.

Palavras-chave: Formação do Bibliotecário. Currículo. Inclusão.

[1] Mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão da Universidade Federal Fluminense – CMPDI/UFF – Brasil. e-mail: ananbraga@gmail.com.
[2] Professor/Doutor do Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão da Universidade Federal Fluminense – CMPDI/UFF – Brasil. e -mail: sergiorodriguesbahia@gmail.com.

Introdução

Para uma biblioteca ser acessível e atender às necessidades informacionais de diversos públicos, ela precisa romper as barreiras arquitetônicas de suas estruturas físicas e as barreiras comunicacionais/atitudinais de sua equipe de profissionais. Buscando respostas para essas questões, fazemos as seguintes indagações: Como os bibliotecários estão sendo preparados na sua formação para atender a todos os usuários que buscam os serviços e produtos da biblioteca? Os cursos de graduação em Biblioteconomia oferecem disciplinas obrigatórias/optativas sobre acessibilidade, diversidade e inclusão?

A biblioteca é um ambiente democrático e de transformação social que proporciona igualdade de oportunidades a todas as pessoas e para que isso ocorra precisa estar de acordo com as políticas públicas de acessibilidade e de educação inclusiva, precisa também ter profissionais capacitados para atender aos usuários que necessitam de atendimento diferenciado, pois esses profissionais atuarão como intermediários, assegurando o direito de acesso à informação a qualquer pessoa.

O bibliotecário como profissional da informação precisa estar atento às necessidades de seus usuários e buscar qualificação para atuar em prol da inclusão de todas as pessoas nas unidades de informação, visto que a temática da inclusão é objeto de discussão em vários seguimentos da sociedade.

Existe todo um arcabouço legal no país que garante o direito à educação igualitária para todas as pessoas, mas nem todos os profissionais que atuam no mercado de trabalho tiveram a sua formação orientada ao atendimento dessas "novas" demandas. A temática da inclusão por ser um tema relativamente recente, ainda, não é inserido em todas as grades curriculares, deixando uma lacuna na formação do profissional bibliotecário. Portanto, para atender a todos os tipos de usuários, é preciso uma formação mais completa, mas ainda não é essa a realidade em nosso país. Nesse sentido, se faz necessário, primeiramente, conhecer a matriz curricular dos cursos de Biblioteconomia e verificar se estão sendo ofertadas disciplinas aos futuros profissionais que abordem a temática da inclusão em sua formação acadêmica.

Nesse contexto, podemos dizer que facilitar o livre acesso à informação a todas as pessoas deve ser um objetivo a ser alcançado por estar em consonância com as políticas públicas inclusivas vigentes e, também, por respeitar a dignidade humana das pessoas com deficiência, dignidade expressa pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Entendendo a biblioteca como promotora e difusora do conhecimento acumulado na história, qualquer caráter e/ou ação de exclusão devem ser eliminados.

O bibliotecário: seu papel e sua formação

Ao profissional bibliotecário foi dada a missão de realizar os processos de organização, preservação e de efetivar a disseminação de todo o conhecimento registrado. Esse ofício surgiu na Mesopotâmia, no segundo milênio a.C., onde foi encontrada em algumas bibliotecas "organização de documentos acompanhada de representações para fins de recuperação em tábuas de argilas que eram protegidas por espécies de envelopes nos quais estavam dispostos resumos" (Ortega, 2004, p. 2).

Entre os séculos VII e VIII a.C., surgem as grandes bibliotecas da Antiguidade. A Biblioteca de Alexandria representa o ápice desse período, pois durante "sete séculos, entre os anos de 280 a.C a 416 d.C […] reuniu o maior acervo de cultura e ciência da Antiguidade" (Santos, 2010, p. 4). Nessa biblioteca, o trabalho do bibliotecário era muito importante, pois seu acervo era organizado em rolos, etiquetados com os nomes dos autores e títulos das obras e dispostos em pilhas para a recuperação da informação desejada.

No Brasil, o primeiro bibliotecário foi o jesuíta português Antônio Gonçalves, em 1604, na biblioteca do Colégio da Bahia (Fonseca, 1979). Naquele período e até o início do século XX não havia cursos de formação de bibliotecários no Brasil.

O primeiro curso de Biblioteconomia no Brasil constituiu-se em 1911, na Biblioteca Nacional (BN), no Rio de Janeiro, sob a direção de Manoel Cícero Peregrino da Silva, que tinha por objetivo sanar as dificuldades existentes nessa instituição quanto à qualificação do pessoal (Castro, 2000). Para ingressar, o candidato era submetido a um exame de admissão que exigia saberes universais sobre as áreas de Geografia, Literatura, História universal, conhecimento da Língua portuguesa e domínio dos idiomas Francês, Inglês e Latim. O referido curso deixa de

ser ministrado na BN no fim da década de 1970 e transforma-se no curso da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) que continua existindo até a presente data.

Conforme a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) (2002), o profissional de informação está inserido na família 2612, que abrange três subgrupos: o bibliotecário, também designado como "biblioteconomista", "cientista da informação" e "especialista/gestor ou gerente da informação"; o documentalista, também qualificado de "especialista", "gerente", "analista", "supervisor" e "técnico de documentação"; e, finalmente, o analista de informações, qualificação dada ao pesquisador de "informações em rede" (Siqueira & Siqueira, 2014).

Ao longo da história, o bibliotecário já teve algumas características marcantes, como a imagem de um guardião de livros, um tecnicista focado apenas na conservação do acervo e, até, a imagem de "rato de biblioteca". Nos últimos anos, porém, circula a ideia de que um bom bibliotecário é aquele que recusa essa imagem antiquada e procura atender e satisfazer as necessidades dos usuários (Cabral, 1996).

O bibliotecário acompanha e participa das mudanças sociais, além de assumir a função de mediador e facilitador entre seu espaço de atuação, acervo e usuários. Por isso, é indispensável que os serviços prestados por esse profissional atinjam diversos tipos de usuários, atribuindo-se a ele o importante papel de auxiliador e de mediador, resultando em efeitos de inclusão e interação social.

De acordo com a International Federation of Library Associations (IFLA) (2000 p.16), "As bibliotecas tornam-se, por natureza, centros culturais importantes em suas comunidades e geralmente proveem programas culturais e sociais". Para isso, esse espaço cultural e social deve estar apto também a atrair e atender públicos que, muitas vezes, estão às margens, à procura de serviços prestados de forma acessível. O bibliotecário capacitado por uma disciplina que contempla a temática da inclusão possibilitará o atendimento com qualidade a todos os tipos de usuários, incluindo a pessoa com deficiência.

A temática da inclusão na formação do bibliotecário

A partir da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) foi propagado, em todo o país, o direito de educação para todos. A Constituição Federal de 1988 e a própria Lei de Diretrizes

e Bases da Educação Nacional (LDB) de nº 9.394/96, fundamentam-se nos princípios e na filosofia de que todos devem ter iguais oportunidades para aprender e desenvolver suas capacidades, habilidades e potencialidades para assim alcançar a independência social e econômica, bem como se inserir totalmente na vida em sociedade.

A educação inclusiva é um direito de todos os indivíduos como caminho possível de inclusão com o meio social, e deve ser respeitado, independentemente das dificuldades ou deficiências do cidadão, buscando-se formas e estratégias para que as pessoas com diferenças, sejam essas físicas ou intelectuais, possam acessar a educação, não permitindo que isso aconteça de forma isolada das demais pessoas.

De acordo com o Art. 2º da Lei n. 10.098/2000, acessibilidade é a "possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida" (p.1).

A biblioteca é denominada acessível quando tem o compromisso de promover o acesso à informação a todos os usuários, independente de cor, raça, classe social e possíveis limitações e o bibliotecário, livre da barreira atitudinal, é o sujeito essencial para isso. Esse profissional deve aprender que a acessibilidade é algo que garante a melhoria da qualidade de vida das pessoas, que proporciona autoconfiança, autonomia, oportunidade e que precisa estar presente nos diversos ambientes do cotidiano, no meio físico, no transporte, inclusive, nos sistemas e tecnologias da informação e comunicação existentes nas bibliotecas.

Verificamos, na revisão de literatura, a importância da temática da inclusão na formação acadêmica do bibliotecário para que ele possa atuar na sociedade inclusiva, como também a lacuna existente nas matrizes curriculares dos cursos de Biblioteconomia nas IFES. Nesse sentido, a formação do bibliotecário deve ser orientada para competências técnicas e também para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, inserir práticas inclusivas na formação desse profissional se faz necessário.

Nesse contexto, essas questões já foram sinalizadas por autores como Cunha (2003, p. 46) que defende que "[...] a missão dos bibliotecários é facilitar aos indivíduos o acesso à informação e possibilitar, desta forma, o desejo de aprender, de discutir, enfim, a formação do

conhecimento ou o conhecimento em formação. Desse modo, a missão dos bibliotecários como agentes de transformação social é plenamente realizada".

Conforme afirmam Pupo, Melo e Férres (2006): "[...] não basta simplesmente tornar os ambientes acessíveis (espaços físicos, disponibilizar conhecimentos, etc.). As barreiras mais difíceis de serem contornadas são as barreiras de atitude"[3]. O bibliotecário possui um importante papel como mediador entre a informação e o usuário, além da formação técnica da profissão é preciso desenvolver práticas inclusivas nas bibliotecas para atender da melhor forma possível todas as pessoas.

Para Carvalho (1991, p. 1172), "O uso da informação proporciona a inclusão do homem no sistema das relações sociais. Permite a interação humana não somente na produção de bens materiais e culturais, mas também, na vida social". Conclui-se que, para o bibliotecário atender com eficácia o usuário com deficiência, ele deverá estar inteirado sobre a própria temática da Inclusão.

"Como fica a questão da formação do bibliotecário na sociedade inclusiva? Esta é uma questão para se repensar os espaços de informação que hoje estão disponíveis na IFES" (Silva, Costa & Crivellari, 2014, p. 2454).

A Constituição Federal Brasileira de 1988 afirma que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, todos têm o direito de ir e vir". Declarações como essas fazem parte da Constituição e abordam a inclusão e a acessibilidade, bem como em outros trechos. Para que todos possam ter assegurados os direitos expressos na Carta Magna, as instituições de ensino precisam viabilizar, dentre outras ações, o direito de se locomover de forma plena dentro de suas instalações.

Outros documentos legais foram criados com propostas de estruturação na educação brasileira, com vistas a atender as necessidades das pessoas com deficiência, apesar de o tema ter se tornado mais notório nas últimas décadas, a inclusão, no âmbito geral, já vem sendo discutida há algum tempo.

[3] Barreira atitudinal – Atitudes discriminatórias com o diferente.

"Quando nos deparamos com qualquer pessoa que diferente de nós, sempre ocorre um sentimento ou sensação de estranheza" (Pupo, Melo & Ferrés, 2006). Partindo deste princípio, vê-se a necessidade de o profissional bibliotecário ter uma noção de que irá atender todo tipo de usuário. Ainda segundo Pupo, Melo & Ferrés (2006), há poucos mistérios a solucionar para se conviver com as diferenças. Quando compreendermos que nenhuma pessoa é igual à outra e que exatamente essa é uma das características mais fascinantes entre os humanos, já estaremos prestes a resolver esse mistério. Afinal, diferenças fazem parte da vida. Há em cada um de nós qualidades, defeitos, potencialidades, surpresas que são infindáveis e imprevisíveis.

Uma biblioteca inclusiva só será possível se o aluno de graduação em Biblioteconomia tiver em seu curso de formação alguma disciplina, como educação inclusiva, por exemplo, que aborde assuntos relacionados à temática da inclusão. O bibliotecário precisa acompanhar a evolução e as demandas da sociedade, contribuindo com o progresso da profissão, ampliando também o olhar para as necessidades do usuário e se esforçando para atender a todos sem distinção.

Marcolino e Castro Filho (2014, p.12) salientam que "[...] aquele profissional tradicional que antes realizava empréstimos e devoluções, organizava os livros na estante e preocupava-se mais com a parte técnica, agora é responsável por localizar informações, analisá-las e promover a disseminação das mesmas".

Além de lidar com esse novo contexto de processamento e armazenamento de informações, o bibliotecário precisa lidar, também, com esse novo cenário inclusivo nas unidades de informação. Confirma-se a importância de serem inseridas na formação acadêmica, disciplinas (exclusivas ou não) que versem sobre a temática da inclusão para que o bibliotecário exerça suas atividades com competência e especialização, contribuindo eficazmente no processo de inclusão e acessibilidade informacional de todas as pessoas sem distinção.

Metodologia

Esta pesquisa consiste em um estudo bibliográfico acerca da importância da temática da inclusão na formação acadêmica do bibliotecário. Em paralelo, foi realizada uma análise documental e descritiva das matrizes curriculares dos 24 (vinte e quatro) cursos regulares de

Biblioteconomia das Universidades Federais do Brasil, observando a inserção da temática da inclusão em suas ementas curriculares. As disciplinas ligadas à temática foram identificadas pelas palavras "inclusão, acessibilidade e diversidade" no título ou na ementa dos currículos dos cursos analisados.

Cursos de Biblioteconomia regulares nas Universidades Federais brasileiras:

- **Região Norte** - Universidade Federal do Amazonas (UFAM) - Universidade Federal do Pará (UFPA) - Universidade Federal de Rondônia (UNIR)
- **Região Nordeste** - Universidade Federal do Maranhão **(**UFMA) - Universidade Federal da Paraíba (UFPB) - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) - Universidade Federal de Sergipe (UFS) - Universidade Federal do Ceará (UFC) - Universidade Federal De Cariri (UFCA) - Universidade Federal da Bahia (UFBA) - Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
- **Região Centro-Oeste** - Universidade Federal de Goiás (UFG) - Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) - Universidade Federal de Brasília (UNB)
- **Região Sudeste** - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) - Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) - Universidade Federal Fluminense (UFF) - Universidade Federal do Estado do Rio De Janeiro (UNIRIO) - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
- **Região Sul** - Universidade Federal do Rio Grande (FURG) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - Universidade Federal De Santa Catarina (UFSC)

O presente trabalho é parte da dissertação de mestrado em andamento, intitulada **"A formação acadêmica do bibliotecário: a temática da inclusão no currículo do curso de graduação de Biblioteconomia da Universidade Federal Fluminense".**

Resultado parcial

Na pesquisa, constataram-se poucas disciplinas específicas sobre a temática da inclusão nos currículos das Universidades Federais brasileiras (Quadro 1). Disciplinas obrigatórias, apenas dez por cento (10%) e nas disciplinas optativas, noventa por cento (90%), ressaltando disciplinas optativas, a que mais aparece nos currículos é a de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Cursos de Biblioteconomia nas Universidades Federais do Brasil	**Disciplina: Temática da inclusão**		**TOTAL**
	Obrigatórias	**Optativa**	
Norte: 3	-	3	3
Nordeste: 9	2	12	14
Centro-Oeste: 3	-	1	1
Sudeste: 6	3	8	11
Sul: 3	1	6	7
Total: 24	6	30	36

Quadro 1- Quantidade de disciplinas sobre a temática da inclusão nas Universidades Federais do Brasil
Fonte: **Dados pesquisados nos sites das IFES em agosto de 2017.**

Considerações finais

Existe um arcabouço legal no Brasil que garante o direito à educação igualitária para todas as pessoas, mas nem todos os profissionais que hoje atuam no mercado de trabalho tiveram a sua formação orientada ao atendimento dessas "novas" demandas.

Em sua formação acadêmica, o bibliotecário já deveria obter informações sobre como atender a todo tipo de usuário, mas isso ainda não é uma realidade em nosso país.

Nesse contexto, se faz necessário analisar a matriz curricular dos cursos de Biblioteconomia do Brasil visando à ampliação da abordagem da inclusão na formação do bibliotecário para além das disciplinas, sobretudo optativas, timidamente ofertadas nos cursos de graduação em Biblioteconomia nas Universidades Federais brasileiras.

O Censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) aponta que existem atualmente 45,6 milhões de pessoas no Brasil com algum tipo de deficiência, considerando o universo de 207.911 milhões de habitantes no país (Figura 1).

Figura 1: Censo demográfico, IBGE, 2010.
Fonte: Instituto Brasileiro de Estatística (IBGE)

É necessário inserir a temática da inclusão nos currículos dos cursos de graduação de Biblioteconomia, evidenciando a importância de tratar de assuntos ligados à acessibilidade, diversidade e inclusão, permitindo uma maior conscientização desse futuro profissional para que ele pense e implemente, no seu local de trabalho, práticas inclusivas e melhor atendimento a qualquer tipo de usuário sem distinção.

Conclui-se que as bibliotecas são espaços privilegiados de compartilhamento, guarda de informação e conhecimento. A acessibilidade e a inclusão são elementos fundamentais para que este espaço seja, de fato, público, respeitando as individualidades com equiparação de oportunidades. A busca constante por práticas inclusivas supõe forte envolvimento das equipes da biblioteca por novos recursos e novas formas de fazer. Depende de cada um em particular e

de todos como grupo o atendimento de todos os usuários, considerando a diversidade de público.

Testar, experimentar, buscar caminhos e novas formas de agir e pensar precisa fazer parte do dia a dia de quem trabalha com o público. Na biblioteca, colocar-se no lugar do usuário pode ser um exercício para perceber o que ele quer, sente e precisa. "O bibliotecário é um intermediário ativo entre os usuários e os recursos disponíveis. A formação profissional contínua do bibliotecário é indispensável para assegurar serviços adequados" (UNESCO, 1994).

Referências:

Almeida, N. B. F. de & Baptista, S. G. (2013, agosto). *Breve histórico da Biblioteconomia brasileira: formação do profissional*. *In* Anais do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documento e Ciência da Informação, Florianópolis, Brasil, 25. Recuperado de https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1508/1509

Baptista, C. & Beyer, O. H. (2006). *Inclusão e escolarização*: *múltiplas perspectivas.* Porto Alegre: Mediação.

Cabral, M. L. (1996). *Porquê ser bibliotecário*. In Cabral, M. L. Bibliotecas acesso, sempre. (p. 41-44). Lisboa: Colibri.

Carvalho, K. de (1991). *Informação: direito do cidadão*. Anais do Congresso Brasileiro De Biblioteconomia e Documentação, Salvador, Brasil. p. 1172-1179.

Castro, C. (2000). *História da biblioteconomia brasileira.* Brasília: Thesaurus.

Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) (2002). *Profissionais da informação*. Recuperado de http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf.

Conselho Federal de Biblioteconomia. (1986). *Código de Ética Profissional do Bibliotecário***.** Recuperado de http://www.cfb.org.br/legislacao/resolucoes/Resolu%C3%A7%C3%A3o% 2004202.asp.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm.

Cunha, M. V. da. (2003). O papel social do bibliotecário. Encontros Bibli: *Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 15 (1). Recuperado de file:///C:/Users/Ana%20Braga/Downloads/99-17858-1-PB.pdf.

Fonseca, E. N. da (1979). *A Biblioteconomia brasileira no contexto mundial*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). *Censo Demográfico 2010*. Recuperado de http://censo2010.obge.gov.br/resultados.

International Federation of Library Associations (2005). *Uma introdução ao debate Concluindo Reunião Satélite: Biblioteconomia como um ato político.* Comissão de IFLA/FAIFE e do Conselho Consultivo.

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm.

Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Recuperado de http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lei10098.pdf

Marcolino, M. A. R. & Castro Filho, C. M. de (2014). Biblioteca escolar e os usuários especiais: o profissional da informação frente ao desafio da inclusão. *Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação*, 28 (2), p. 9- 25.

Organização das Nações Unidas (1948, dezembro, 10). *Declaração Universal Dos Direitos Humanos.* Recuperado de http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf.

Ortega, C. D. (2004). Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. *DataGramazero*, 5 (5), p.1-16. Recuperado de http://www.datagramazero.org.br/out04/F_I_art.htm.

Pupo, D. T., Melo, A. M & Ferrès, S. P. (Orgs.) (2006). *Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas*. Campinas: UNICAMP, Recuperado de http://eurydice.nied.unicamp.br/portais/todosnos/nied/todosnos/artigos-cientificos/livro_acessibilidade_bibliotecas.pdf.1.pdf.

Santos, J. M. (2009/2010). O processo histórico evolutivo das bibliotecas da antiguidade ao renascimento. *Vida de Ensino*, 1 (1), p. 1 – 10.

Silva, R. A., Costa, M. K. A. & Crivellari, H. M. T. (2014*). A formação do bibliotecário para atuar na sociedade inclusiva*. In Anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, Belo Horizonte, Brasil, 15. Recuperado de http://enancib2014.eci.ufmg.br/documentos/anais/anais-gt6.

Siqueira, I. C. P., Siqueira, J. C. (2014). Competências e habilidades na formação do Bibliotecário. *Biblionline*, 10 (2). Recuperado de http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/17912/12477.

Unesco (1994*). Declaração de Salamanca: linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília: CORDE.

Unesco (1994). *Manifesto da Unesco para bibliotecas públicas*. Recuperado de http://www.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm.